

# Em direção a uma problemática marxista de estudos sobre a internet\*

CHRISTIAN FUCHS\*\*

## Introdução

A internet tornou-se um importante sistema sociotécnico que simultaneamente configura e é configurado pela vida cotidiana no capitalismo contemporâneo. Nesse contexto, estudos sobre a internet e as modernas tecnologias digitais tornaram-se essenciais para as ciências sociais comprometidas com uma reflexão sobre as transformações da sociedade, da individualidade, da política, da economia, da cultura e da natureza nas sociedades contemporâneas (Fuchs, 2008).

Vários analistas têm apontado que o recente contexto de crise econômica mundial provocou um interesse renovado pelas abordagens que se intitulam críticas e anticapitalistas (Harvey, 2010; Žižek, 2009; 2010b). Nesse contexto, é importante que os pesquisadores marxistas reflitam sobre os impactos dessas abordagens, autodefinidas explicitamente como críticas, também no âmbito dos estudos sobre a internet. O objetivo deste artigo é fornecer uma visão geral das abordagens críticas sobre a internet, bem como apontar os conceitos essenciais desse campo de estudos e refletir sobre as críticas que têm sido feitas a tal abordagem.

---

\* Versão condensada do artigo "Towards Marxian Internet Studies", publicado em *Triple C*, 10 (2), 2012. Tradução de Sergio Braga.

\*\* Professor do Instituto de Pesquisa em Comunicação e Mídia da Universidade de Westminster (Reino Unido), editor da revista *Triple C: Communication, Capitalism & Critique*, cofundador da ICTs and Society Network e vice-presidente da Action Dynamics of Virtual Work (EU COST). Website: <http://fuchs.uti.at>.

## O “retorno a Marx” e seus impactos nos estudos sobre as relações entre internet e sociedade

A nosso ver, seis aspectos da obra de Marx são relevantes para a análise do capitalismo contemporâneo e podem produzir impactos no campo de estudos sobre a internet:

- *A globalização do capitalismo*, vista como uma característica essencial da sociedade contemporânea por muitos teóricos sociais, é também um aspecto importante na obra de Marx e Engels (Callinicos, 2003). Conectado a essa questão está o tema marxista da solidariedade internacional, como forma de resistência que parece ser praticada hoje, por exemplo, pelo movimento *altermundialista*.
- *A importância da tecnologia*, do conhecimento e dos meios de comunicação na sociedade contemporânea foi antecipada pelo enfoque marxista sobre as máquinas, os próprios meios de comunicação e sobre o *general intellect* (ver, por exemplo: Dyer-Witheford, 1999; Fuchs, 2008; 2011; Hardt; Negri, 2004; McChesney, 2007).
- *A favelização e a precarização do trabalho* mesmo em países do “primeiro mundo”, causados pelo capitalismo neoliberal, sugerem um interesse renovado na categoria marxista de classe (ver, por exemplo: Harvey, 2005).
- *A guerra global contra o terror* após o 11 de Setembro e seus resultados violentos e repressivos, com perdas humanas e a vigilância intensificada, sugerem um interesse renovado pelas teorias marxistas do imperialismo (ver, por exemplo: Fuchs, 2011, capítulo 5; Hardt; Negri, 2000; Harvey, 2003).
- *A crise ecológica* atualiza novamente um tema que percorre as obras marxistas, a saber, a existência de um antagonismo entre o industrialismo (e o crescimento econômico capitalista moderno) e a natureza, que resulta em destruição ecológica e do meio ambiente (ver, por exemplo: O’Connor, 1998).
- *A nova crise econômica mundial*, que começou em 2008, mostrou que a teoria marxista da crise ainda é importante atualmente (Foster; Magdoff, 2009). Com efeito, evidencia-se, uma vez mais, que as crises são inseparáveis da dinâmica de funcionamento da economia capitalista.

Žižek, por exemplo, argumenta que os antagonismos do capitalismo contemporâneo, agravados por um contexto de crise ecológica, acirramento das disputas por propriedade intelectual, incerteza quanto aos impactos da biogenética, novas formas de *apartheid* e favelização, mostram que ainda precisamos da noção marxista de classe para entender esses fenômenos e que há uma necessidade de renovação do marxismo visando “tornar problemáticas as alternativas demasiado fáceis à crise que são fornecidas pelos liberais” (Žižek, 2008, p.6). Tais soluções são representadas principalmente pelos ideólogos de novas formas de “capitalismo soft” que, em sua retórica, fazem constante uso de figuras ideológicas tais como “participação”,

“auto-organização” e “cooperação”, sem, no entanto, enfatizar as dificuldades de sua realização efetiva no contexto das sociedades capitalistas contemporâneas.

A implicação de todos esses fenômenos para o campo de estudos sobre a internet, empreendidos a partir de uma perspectiva crítica, é a de que devem dar especial atenção à análise de como o capitalismo forma e é, por sua vez, influenciado pela internet, inserindo esses estudos no contexto da dinâmica de funcionamento da sociedade capitalista. Isso significa que há a necessidade de repensar os estudos sobre a internet e reorientá-los no contexto analítico da crítica da economia política e da teoria crítica da internet, propondo uma análise marxista das mídias, das tecnologias digitais e dos processos de comunicação, ou seja, analisando “como as estruturas capitalistas formatam os meios de comunicação” (McChesney, 2007, p.79) e o papel dos processos comunicacionais na “estrutura de relações sociais”, com uma preocupação especial na análise desse papel no contexto do “sistema de poder social dominado pelo capitalismo” (Garnham, 1990, p.7), procurando, ainda, desenvolver “a análise das relações entre a mídia e a sociedade capitalista” (Knoche, 2005, p.105).

Nesse sentido, os estudos críticos sobre internet têm sido influenciados por várias vertentes do marxismo cultural e de teorias sobre as mídias, tais como a crítica da ideologia (ver, por exemplo, o conceito de “Crítica Net” de Lovink e Schultz, 1997), o marxismo autonomista (Dyer-Witheford, 1999; Fuchs, 2008; Hakken, 2003), a economia política crítica (Andrejevic, 2007; 2009; Fuchs, 2009b; 2010a; 2011; Hakken, 2003) ou a teoria crítica (Andrejevic, 2009; Fuchs, 2008; 2011; Taylor, 2009).

## **Os estudos não críticos sobre cibercultura**

Podemos distinguir duas grandes abordagens no campo de estudos sobre internet que se autodefinem como “críticas”. A primeira tem como pano de fundo os estudos culturais e a segunda, a economia política. O pano de fundo teórico da primeira é, em termos gerais, pós-estruturalista; o da segunda, marxista.

Os estudos críticos sobre cibercultura têm sido explicitamente colocados como uma aplicação dos estudos culturais empreendidos sobre a influência do pós-modernismo (Bell, 2001, p.65-91; Jones, 2006, p.xv-xvi; Sterne, 2006). David Bell (2006), por exemplo, menciona, na introdução à sua coleção de quatro ensaios intitulada *Ciberculturas: Conceitos críticos na mídia e estudos culturais*, dezoito tipos de influência do pós-modernismo nos estudos sobre cibercultura.

O título da coleção de Bell promete “conceitos críticos” nos estudos sobre cibercultura nas 1.600 páginas dos quatro volumes de seu trabalho, mas, durante a leitura dos 69 capítulos, constatamos surpresos que a dimensão crítica nos estudos sobre cibercultura é justamente o que está faltando. Com efeito, conceitos tais como exploração, mais-valia e classes são inteiramente marginais nos ensaios do livro, enquanto temas como a história da internet, métodos de pesquisa, comunidades virtuais, identidades *on-line*, corpos e mentes no ciberespaço e ciborgues aparecem

de forma destacada. Discussões explícitas de capitalismo e exploração na internet, como, por exemplo, as contidas nas contribuições de Dwayne Winseck, Kevin Robins/Frank Webster ou Tiziana Terranova, são marginalizados neste volume. Em suma, o volume não faz jus ao que promete Bell na introdução e, portanto, não merece o subtítulo de “conceitos críticos”.

David Silver (2006b) caracteriza os “estudos críticos sobre cibercultura” como a terceira fase dos estudos da cibercultura, que sucedeu os “estudos populares da cibercultura” e os “estudos de cibercultura”. Ele caracteriza essa terceira fase pela presença dos seguintes elementos analíticos:

- 1) exploração das “interações sociais, culturais e econômicas que acontecem *on-line*” (Silver, 2006b, p.67);
- 2) análise de discursos sobre o ciberespaço;
- 3) análise de acesso à internet;
- 4) foco em *design* participativo (Silver, 2006b, p.67-73).

Como podemos perceber, Silver expressa nesse texto uma concepção bastante superficial do que seja uma abordagem “crítica”. A primeira característica é demasiadamente ampla, uma vez que a grande maioria das análises da internet se concentra em questões sociais, culturais ou econômicas (exceto análises políticas e ecológicas), o que não torna esses estudos necessariamente “críticos”. Em outro trabalho, ao discutir o fenômeno da “marginalidade *on-line*”, Silver chama a atenção para a importância de explorar “as questões de raça, etnia e sexualidade” (Silver, 2006b, p.70). Entretanto, a categoria “classe” não é sequer mencionada.

David Silver e Adrienne Massanari (2006) apresentam 25 conferências em sua coletânea de estudos críticos sobre cibercultura. Na introdução, Silver (2006a) menciona o capitalismo como um dos contextos possíveis a influenciar tais estudos. Entretanto, o foco recai muito mais fortemente nas “diferenças culturais” de “raça e etnia, gênero, sexualidade, idade e deficiência” (Silver, 2006a) do que nas diferenças de classe propriamente ditas. Isso também se reflete nas contribuições do livro, em que análises de classe, mais-valia e exploração na internet são marginais, enquanto temas relacionados à “diferença cultural” no ciberespaço ocupam uma posição dominante.

### **Economia política crítica e teoria crítica nos estudos sobre internet e sociedade**

A segunda abordagem típica, que pode ser encontrada nos estudos sobre internet e tecnologias digitais que se reivindicam críticos, baseia-se na problemática da economia política crítica e na teoria crítica. A sequência de apresentação das abordagens a seguir não reflete uma avaliação de sua importância, mas é baseada em uma ordem cronológica de algumas obras que consideramos fundamentais. Procuramos incluir aquelas que usam termos distintos relacionados com a teoria crítica e economia política para a caracterização de si mesmas.

Geert Lovink e Pit Schultz (1997), por exemplo, argumentam que a “*Net Critique*” (termo por eles utilizado para caracterizar as análises sobre o fenômeno da internet que se baseiam numa perspectiva crítica) enfoca a organização do poder na esfera imaterial, assim como o imperialismo e a ideologia na internet. O objetivo da “*Net Critique*” é o livre acesso a todos os meios e conteúdos (Lovink, 1997). A “*Net Critique*” não seria uma teoria, mas uma “teoria-práxis”, que se caracterizaria por empreender uma crítica radical no contexto de uma crescente expansão da esfera pública eletrônica (Lovink; Schultz, 1997). Desde que *Call for Net Critique* foi publicado em 1997, um grande número de publicações surgiu a partir da “abordagem crítica da internet” (*Net Critique Approach*) (por exemplo: Lovink, 2002; Lovink; Scholz, 2005; Lovink; Zehle, 2005; Jacobs; Janssen; Pasquinelli, 2007; Lovink; Rossiter, 2007; Rossiter, 2006), incluindo, mais recentemente, também uma crítica da Web 2.0 (por exemplo: Lovink, 2008; Lovink; Niederer, 2008; Rossiter, 2006). Sublinhe-se que essa abordagem “*Net Critique*” de Lovink e seus epígonos não considera a si própria como uma teoria sistemática, mas como uma modalidade muito mais “prática” de crítica estritamente associada ao ativismo *on-line* e formas de produção artística virtual.

Nick Dyer-Witford (1999), ainda nos anos de 1990, sugeriu reinventar o marxismo para empreender a análise tecnocapitalista do século XXI, denominando esse projeto de “cibermarxismo”. O autor enquadra a abordagem do “marxismo autonomista”, representada por estudiosos como Antonio Negri, Michael Hardt, Paolo Virno, Maurizio Lazaratto e outros, no contexto das pesquisas sobre internet, vendo este “cibermarxismo autonomista” como uma alternativa ao tecnodeterminismo do socialismo científico, ao neoludismo das teorias das tecnologias-como-dominação inspiradas em Braverman, e também à tecnoeuforia de muitas teorizações sobre o chamado “pós-fordismo” (Dyer-Witford, 1999, p.38-61).

Greg Elmer (2002) enumera três características nos estudos sobre a internet empreendidos a partir de uma perspectiva crítica:

- 1) refutação e questionamento das ideologias que afirmam que a internet é por si mesma revolucionária;
- 2) análise do “processo de corporativismo e portabilização<sup>1</sup> da internet” (Elmer, 2002, p.x),
- 3) o foco sobre as possibilidades radicais das comunidades que se formam na internet, no sentido de abrir brechas nas formas de dominação que caracterizam o uso capitalista da internet.

David Hakken reivindica uma teoria do valor do conhecimento fundamentada na teoria marxista. Ele apreende o ciberespaço como sendo moldado por “grandes contradições” (Hakken, 2003, p.393). Novas informações e tecnologias de comuni-

<sup>1</sup> Termo oriundo da linguagem computacional que significa a capacidade de um programa ser executado em várias arquiteturas de fácil manuseio pelo usuário. [N.T.]

cação “são mais bem observadas como terrenos de contestação do que como forças independentes inelutáveis. Há realmente uma política nas tecnologias, mas, como tudo que é político, elas manifestam tendências múltiplas e contraditórias” (p.366).

Em trabalhos anteriores (2008; 2009a; 2009b; 2010a; 2010b; 2011), procurei fazer uma discussão em termos de uma teoria crítica ou de estudos críticos sobre internet e uma crítica da economia política da internet. Argumentei que essas abordagens são baseadas em enfoques mais gerais, em especial na teoria crítica da Escola de Frankfurt e na crítica da economia política de Marx, que são pilares dos Estudos Críticos de Informação e Mídia (Fuchs, 2011). Desse modo, proponho uma base ontológica e epistemológica da análise crítica da internet fundamentada nos seguintes pontos centrais:

- 1) em nível de teoria social geral,
- 2) na análise do capitalismo,
- 3) na análise crítica dos meios de comunicação, tecnologia e comunicação, e
- 4) na análise específica da internet em uma investigação crítica que produz novas qualidades.

Defino a teoria ou estudos críticos sobre internet e a crítica da economia política da internet como abordagens que se propõem a identificar e analisar os antagonismos surgidos nas relações entre internet e sociedade; mostrar como a internet é moldada e molda as forças de competição e cooperação que operam em qualquer tipo de sociedade; como a dominação e a exploração são estruturadas e estruturam a internet e como a formação de classes e as possíveis lutas de classes são mediadas tecnologicamente; identificar os potenciais de desenvolvimento social sustentados pela internet, mas ainda não realizados, e questionar radicalmente as estruturas que restringem potencialidades humanas e sociais para a cooperação, autodeterminação, participação, felicidade e a autogestão (Fuchs, 2009b, p.75). Defino essa abordagem como uma unidade de teoria crítica filosoficamente orientada, pesquisa empírica e ética crítica orientada pela práxis (Fuchs, 2011).

Para Mark Andrejevic (2009), “os estudos críticos de mídia 2.0” desafiam a celebração não crítica do empoderamento e do caráter democratizante da mídia contemporânea, mostrando como antigas formas de dominação estão incrustadas nas novas mídias. Assim, quando se trata da promessa revolucionária de meios participativos, o desafio enfrentado pelos defensores e praticantes dos estudos críticos sobre Mídia 2.0 não é afirmar (naquela retórica muito familiar) que “tudo mudou”, mas, em vez disso, explicar por que, mesmo diante de transformações tecnológicas dramáticas, as relações sociais permanecem, em grande parte, inalteradas.

Essas abordagens diferem entre si principalmente em sua compreensão da função da teoria, do papel que é dado à pesquisa empírica e do emprego de diferentes métodos de pesquisa (tais como entrevistas qualitativas, levantamentos quantitativos, análises de conteúdo, análises estatísticas, análises de discurso crí-

tico ou etnografia). Por exemplo, a abordagem cibermarxista de Dyer-Witheford é puramente teórica e baseada em uma reconstrução de uma teoria marxista do ciberespaço. A “*Net Critique*” tende a discutir criticamente exemplos de posições inspiradas por teorias deliberadamente ecléticas e, às vezes, pessoais ou jornalísticas e que não formam um todo teórico sistemático como no método prismático de exposição de Theodor W. Adorno.

Quanto ao meu próprio trabalho, procuro basear a abordagem, por um lado, numa interpretação sistemática da dialética hegeliana, na qual cada categoria tem um lugar específico no interior do sistema teórico e é dialeticamente desenvolvida a partir do nível abstrato para o concreto. Por outro lado, procuro aplicar a filosofia dialética num nível concreto como base para estudos empíricos que utilizam uma grande variedade de métodos.

Embora haja grandes diferenças teóricas, metodológicas, epistemológicas e ontológicas entre as várias abordagens que promovem a teoria crítica ou a economia política crítica da internet, também existem pontos comuns. Dentre estes, um importante aspecto comum é a *compreensão normativa da crítica*. O campo de estudos críticos sobre a internet reedita, dessa forma, o velho debate entre a compreensão da crítica como um procedimento epistemológico/metodológico ou como procedimento normativo. Essa questão já estava no centro do debate do positivismo na sociologia alemã em 1961. Karl R. Popper (1962), por exemplo, argumentou que o método das ciências sociais consiste em ampliar e diferenciar o conhecimento através do teste sistemático de soluções para problemas científicos. Popper considerava esse método como crítico porque os estudiosos questionavam os trabalhos dos outros a fim de melhorar o conhecimento em processos de tentativa e erro. Para Popper, a crítica era um método epistemológico que mostrava contradições lógicas. Adorno argumentou, ao contrário de Popper, que contradições não são apenas epistemológicas (na relação entre sujeito-objeto), mas podem ser inerentes aos próprios objetos, de modo que não podem ser resolvidas através da aquisição de novos conhecimentos (Adorno, 1962, p.551).

Adorno salientou que o ideal de Popper de uma academia livre de juízos de valor é moldado pela concepção burguesa de valor como valor de troca (1962, p.560). Ele afirma que o positivismo orienta-se apenas pela aparência, enquanto a teoria crítica destaca a diferença entre essência e aparência (1962, p.291). Também ressalta que a noção de crítica de Popper é subjetiva e cognitiva (1962, p.304). Há uma diferença fundamental entre a crítica epistemológica (Popper) e a crítica da sociedade (Adorno). Analistas críticos da internet, por sua vez, questionam a aplicação empiricista de métodos para estudar a internet, que não se baseiam em uma análise mais profunda da sociedade e em uma teoria crítica da sociedade. Isso inclui aqueles que questionam toda a pesquisa empírica porque consideram que a falseabilidade normativa da dominação não pode ser empiricamente testada, mas apenas debatida. Todos eles compartilham o foco de Adorno na crítica da sociedade.

Uma segunda característica que as abordagens dos estudos críticos sobre a internet compartilham é considerar os estudos convencionais que dominam esse campo como formas de racionalidade instrumental e tecnológica, que ajudam a legitimar e reproduzir o capitalismo e outras formas de dominação dentro do capitalismo. Razão instrumental significa que “as ideias se tornaram automáticas, instrumentalizadas”, que não são vistas como “pensamentos com um significado próprio. São consideradas coisas, máquinas” para obter a reprodução e o aprofundamento da dominação (Horkheimer, 1974, p.15). A racionalidade tecnológica é outro termo para a razão instrumental, que destaca “elementos do pensamento que ajustam as regras de pensamento às regras de controle e dominação”, sem questionar os fundamentos sobre os quais se assenta essa dominação (Marcuse, 1964, p.138). A racionalidade tecnológica nega que a realidade poderia ser diferente do que é hoje. Negligencia potenciais alternativos para o desenvolvimento. Destina-se a “liquidar os elementos de que se opõe e transcendem o sistema vigente” (Marcuse, 1964, p.56). A racionalidade tecnológica provoca um pensamento unidimensional, no qual “ideias, aspirações e objetivos que, pelo seu conteúdo, transcendem o universo estabelecido do discurso e da ação, são repelidos ou reduzidos aos termos e limites desse universo” (Marcuse, 1964, p.12). Estudiosos críticos da internet consideram os estudos convencionais como ideológicos, porque eles analisam a internet como ela é, sem contextualizar suas análises numa reflexão mais ampla das estruturas de dominação em que se inserem e não se engajam na luta por um mundo melhor que possa abolir a dominação.

Um terceiro aspecto comum da abordagem crítica sobre a internet e as tecnologias digitais diz respeito aos níveis normativo e prático. As abordagens dos estudos críticos sobre internet fazem uma crítica às realidades que eles descrevem através de categorias tais como exploração, dominação, opressão ou exercício do poder e da violência estrutural, e procuram ajudar a avançar práticas que resultem na eliminação desses fenômenos. Maria Bakardjieva (2010, p.61) argumenta que os estudos críticos sobre internet, em contraste com abordagens estatísticas e interpretativas, procuram respostas para questões normativas relativas ao papel da internet no empoderamento, opressão, emancipação, alienação e exploração. Estudos críticos relacionam a análise da internet tanto com a dominação, quanto com a libertação. Em maior ou menor grau, isso significa explicitamente o estabelecimento de uma sociedade pós-capitalista que é caracterizada por diversos autores como, por exemplo, socialismo de base, comunismo, democracia participativa ou sociedade da informação sustentável. A dimensão normativa reside justamente, segundo essas abordagens, em seu caráter emancipatório.

A orientação normativa crítica é a característica central dos estudos críticos sobre a internet. Ela recupera a visão de Horkheimer de que a teoria crítica visa a “um estado de coisas em que não haverá exploração ou opressão” (Horkheimer, 2002, p.241). Horkheimer, em seu ensaio sobre *Teoria tradicional e a teoria crítica*, recupera a crítica de Marx ao capitalismo e reformula a teoria marxista



como teoria crítica da sociedade. Pode-se dizer, portanto, que os estudos críticos sobre a internet não estão apenas em dívida com a concepção de crítica formulada pela Escola de Frankfurt, mas também que a raiz desse entendimento é a teoria de Marx. Este resumiu a dimensão normativa da análise crítica dizendo que compreender “a raiz da questão” baseia-se no “ensinamento de que o homem é a mais alta essência do homem”, o que termina, portanto, no “imperativo categórico de derrubar todas as relações nas quais o homem tem sua essência perversa, escravizada, abandonada e desprezada” (MEW, v.1, p.385). Se entendermos a crítica marxista como a crítica de todas as formas de dominação e de todas as relações de dominação de classe, então todos os estudos críticos têm, em última análise, inspiração marxista. Meu argumento é que essa herança não deve ser negada, mas levada a sério e positivamente reconhecida.

A dimensão crítica normativa dos estudos críticos sobre a internet significa que ela não se efetiva em um vácuo, mas está, em um nível mais geral, relacionada a várias abordagens na análise de mídia, comunicação, tecnologia, cultura e informação, que também enfatizam a crítica normativa da dominação e o objetivo de emancipação. Ela está, nesse contexto, especialmente relacionada às análises da crítica da economia política da mídia e comunicação, da teoria crítica e da pesquisa crítica em sistemas de informação. A crítica da economia política da comunicação e mídia<sup>2</sup> estuda as “relações de poder que mutuamente constituem a produção, distribuição e consumo de recursos, incluindo os recursos de comunicação” (Mosco, 2009, p.2). Essa abordagem discute “como o sistema de mídia” interage e afeta “o conjunto das relações de poder na sociedade” (McChesney, 2007, p.77) e formula “questões morais básicas referentes aos conceitos de justiça, igualdade e bens públicos” (Murdock; Golding, 2005, p.61). A teoria crítica da mídia e da tecnologia analisa “a sociedade como um terreno de dominação e resistência e se empenha em uma crítica da dominação e das formas pelas quais a cultura de mídia se ocupa em reproduzir as relações de dominação e opressão” (Kellner, 1995, p.4). É “informada por uma crítica da dominação e por uma teoria de libertação” (Kellner, 1989; ver também Feenberg, 2002). A pesquisa crítica de sistemas de informação produz “conhecimento com o objetivo de revelar e explicar como os sistemas de informação são (mal) utilizados para melhorar o controle, a dominação e a opressão e, assim, informar e inspirar práticas sociais transformado-

---

2 Representantes dessa vertente, como Nicholas Garnham, Peter Golding, Robert McChesney ou Graham Murdock, falam de uma abordagem de economia política que é de certa forma enganadora, porque a economia política não é necessariamente crítica, conforme indicado pelo subtítulo da obra principal de Marx (1867) *O capital: uma crítica da economia política*. O autor caracteriza a economia política não crítica como abordagens que sistematizam o capitalismo “de uma forma pedante”, proclamando o capitalismo e seus constituintes como “verdades eternas” (Marx, 1867). Como essas abordagens, normalmente discutidas no contexto anglo-americano sob o título de “economia política da mídia e da comunicação”, de um modo geral não naturalizam nem fetichizam a forma capitalista específica da mídia e da comunicação, é mais apropriado se valer de uma autodescrição, como *crítica da economia política da mídia e da comunicação*.

ras que percebem o potencial libertador e emancipador dos sistemas de informação” (Cecez-Kecmanovic, 2005, p.19). Sua tarefa é a análise do papel dos sistemas de informação na retirada de poder daqueles que o detêm e no empoderamento dos dominados, para ajudar a “superar a injustiça e a alienação” (Stahl, 2008, p.9).

### **Os estudos críticos sobre cibercultura e as análises empreendidas a partir da crítica da economia política da internet**

A principal diferença que pode ser encontrada no interior do campo dos estudos críticos sobre a internet é a existente entre os estudos críticos sobre cibercultura e os estudos empreendidos a partir da ótica da economia política crítica da internet. O primeiro enfoque se concentra em questões relacionadas à formação das identidades *on-line*, enquanto o segundo tem como foco fenômenos relacionados à existência das classes sociais, à exploração e ao funcionamento do capitalismo.

Quando lemos trabalhos da coleção *Estudos “críticos” sobre cibercultura*, por exemplo, devemos ter em mente as formulações de Nicholas Garnham segundo as quais “as formas modernas de dominação racial estão baseadas na dominação econômica” e “formas de patriarcado têm sido profundamente marcadas pela maneira pela qual o modo de produção capitalista tem dividido a economia doméstica de produção como um espaço de trabalho assalariado e formação de capital” (Garnham, 1998, p.610). Ainda segundo o mesmo autor, o enfoque da economia política crítica

vê a classe – a estrutura de acesso aos meios de produção e a estrutura da distribuição do excedente econômico – como a chave para a compreensão das estruturas de dominação, enquanto os estudos culturais veem o gênero e a raça, juntamente com outros produtores potenciais de diferenças, como estruturas alternativas de dominação, de nenhuma maneira determinados pelas classes sociais. (Garnham, 1998, p.609)

A mesma diferença pode ser encontrada nos estudos críticos sobre a internet. A abordagem “crítica” dos estudos sobre a cibercultura tende a ver os fenômenos de gênero e raça no espaço cibernético como não necessariamente moldados pela classe e a não considerar as classes sociais como relevantes para compreender a dominação no ciberespaço, não percebendo que elas influenciam decisivamente outros fenômenos tais como as diferenças de gênero e raça. Os estudos autointitulados “críticos” sobre a internet, especialmente em sua vertente pós-moderna, nos parecem assim inadequados para explicar o papel da internet e da comunicação no contexto atual de crise capitalista. Nesse sentido, o contexto de crise econômica evidencia o papel central da economia capitalista na sociedade contemporânea e, portanto, no próprio campo de estudos críticos sobre a internet.

Dentre os autores que abordaram essa questão podemos mencionar Ernesto Laclau que, em seu diálogo com Judith Butler e Slavoj Žižek, admitiu que, nas

abordagens pós-modernas, é comum “transformar a classe em apenas mais um elo de uma cadeia enumerativa ao lado de outros fenômenos tais como [...] raça, gênero, etnia etc.” (Butler; Laclau; Žižek, 2000, p.297), colocando deliberadamente as classes sociais como o último elemento da cadeia, a fim de destacar a sua insignificância. Laclau chega a referir-se ao fenômeno como “classes em desconstrução” (p.296). Nesse contexto, Žižek afirma, em minha opinião corretamente, que o pós-modernismo, os estudos culturais e o pós-marxismo, ao assumirem uma “pluralidade irreduzível de lutas” entre diferentes atores sociais, aceitaram “o capitalismo como o único jogo possível” e renunciaram a “qualquer tentativa real de superar o regime capitalista-liberal existente” (p.95). De nossa perspectiva, subordinar ou igualar a categoria de classe a outras categorias antagônicas ou diferentes (tais como gênero, etnia, idade, competências etc.) apresenta o perigo de enterrar o projeto transformador e de reivindicar o estabelecimento de alternativas participativas para a totalidade capitalista. Nesse sentido, o debate entre Butler, Laclau e Žižek impacta os estudos “críticos” sobre cibercultura na medida em que sua tendência de negligenciar os fenômenos das classes sociais, da exploração e do capitalismo irá necessariamente conduzir a uma agenda política reformista e não será capaz de elaborar alternativas a uma internet capitalista numa sociedade capitalista (Fuchs, 2011).

Todos os antagonismos não classistas se articulam com as classes sociais, embora nem todos os antagonismos não classistas se articulem entre si. Todos os antagonismos da sociedade contemporânea têm aspectos de classe e são condicionados pela classe. Classe é o antagonismo que liga todos os outros antagonismos juntos; ele prefigura, condiciona, permite, restringe e exerce pressão sobre as possibilidades de outros antagonismos (Fuchs, 2008). Ao mesmo tempo, os antagonismos não classistas influenciam o antagonismo de classe de modo que relações dinâmicas e complexas se estabelecem entre essas várias dimensões. Se os conflitos de classe são o antagonismo fundamental do capitalismo, que não determinam, mas condicionam os outros confrontos, então é importante dar uma atenção especial a essa categoria.

De acordo com suas próprias descrições, os estudos “críticos” sobre cibercultura desejam contribuir para superar a “marginalização *on-line*”. Entretanto, a nosso ver, eles se saem melhor em marginalizar críticas de como capitalismo, classe e exploração estão relacionados à internet, não merecendo, por conseguinte, a denominação de “críticos”. Nesse sentido, estudiosos “críticos” da cibercultura deveriam levar a sério a advertência de Douglas Kellner segundo a qual “negligenciar a economia política, celebrar o público e os prazeres do popular, negligenciando classe social e ideologia, e falhando em analisar ou criticar a política de textos culturais tornará os estudos culturais e de mídia meramente outra subdivisão acadêmica, inofensivos e, em última análise, beneficiando principalmente a própria indústria cultural” (Kellner, 2009, p.19). Portanto, é mais do que tempo dos estudiosos da cibercultura pararem de se concentrar apenas em autores

canônicos tais como Donna Haraway, Sherry Turkle, Howard Rheingold, Manuel Castells e vários pós-modernistas (Bell, 2001, p.74-88; 2007; Silver, 2006b, p.65; 2006a, p.3) e suplementarem essas abordagens através da leitura e interpretação das obras de Marx.

### **Karl Marx e os conceitos fundamentais dos estudos críticos sobre internet e sociedade**

Nossa tese, portanto, é a de que os estudos críticos já utilizam, em certa medida, as categorias marxistas e, assim, deveriam reconhecer de forma mais explícita suas próprias raízes marxistas. Com a ajuda de alguns exemplos, essa circunstância será agora mostrada especialmente no tocante a onze conceitos marxistas fundamentais. São eles: 1) dialética; 2) capitalismo; 3) mercadoria/“mercadorização”; 4) mais-valia, exploração, alienação, classes sociais; 5) globalização; 6) ideologia/crítica da ideologia; 7) luta de classes; 8) bens comuns; 9) esfera pública; 10) comunismo; 11) estética.

O primeiro conceito marxista relevante para o estabelecimento de uma perspectiva crítica de análise sobre a internet é o de *dialética*. Como se sabe, Marx aplicou o método dialético hegeliano à análise do capitalismo. Segundo Marx, a dialética é, “em sua essência, crítica e revolucionária” porque “considera todas as formas historicamente desenvolvidas como estando em um estado fluido, em movimento e, portanto, compreende seu aspecto transitório. [...] o movimento da sociedade capitalista como sendo repleto de contradições” (Marx, 1867, p.103). Em outro trabalho procuramos desenvolver essas ideias, contextualizando a internet em uma reflexão de cunho epistemológico e ontológico, cujo objetivo foi o de apreender a relação entre a internet, a web 2.0 e a sociedade, não como um fenômeno unidimensional e tecnodeterminista, mas em sua natureza complexa, dinâmica e contraditória (Fuchs, 2009b; 2011). Outros autores, tais como Peter Lunenfeld (1999) e Michael Heim (1999), discutem os mesmos fenômenos em termos de uma “dialética digital”. Essas abordagens estão relacionadas à visão dialética da teoria crítica da tecnologia segundo a qual a tecnologia é “um processo ‘ambivalente’ de desenvolvimento aberto para diferentes possibilidades” (Feenberg, 2002, p.15).

Marcuse (1941) procurou evitar uma visão excessivamente determinística da dialética ao propor uma transição de uma dialética estrutural-funcionalista para uma dialética centrada no ser humano. Segundo Marcuse, o capitalismo é dialético em razão das suas estruturas antagônicas objetivas, e a negação dessa negatividade só pode ser alcançada pela práxis humana. A internet ou as plataformas específicas da internet possuem múltiplos, pelo menos dois, efeitos potenciais sobre a sociedade e os sistemas sociais que podem coexistir ou estar em contradição uns com os outros (Fuchs, 2008; 2011). Saber que potenciais são realizados relaciona-se à maneira pela qual os diferentes tipos de sociedade, interesses, estruturas de poder e lutas sociais moldam os projetos e os usos das tecnologias de várias formas que

também são potencialmente contraditórias. Deve-se, portanto, pensar a internet dialeticamente, assim como Marx pensava a tecnologia no capitalismo, isto é, moldada por um antagonismo entre as forças produtivas e as relações de produção. Nesse sentido, as forças produtivas em rede configuram-se, no capitalismo, em “formas antitéticas”, que são, simultaneamente, “artefatos para explodir” o capitalismo (Marx, 1857/1858, p.159) e regidas por relações de classe que são “forças não mais produtivas, mas destrutivas” (Marx; Engels, 1846, p.60).

Assim, por exemplo, os serviços criados pelo Google antecipam uma internet de base comum pública a partir da qual todos se beneficiam, criando novos potenciais para a cooperação humana, embora a liberdade (acesso ao serviço gratuito) fornecida por essa empresa seja agora disponibilizada por meio de vigilância *on-line* e “mercadorização” do usuário, ameaçando a privacidade do consumidor e resultando na exploração econômica dos usuários. A solução não é exigir a abolição ou a substituição do Google, mas defender a sua transformação em uma ferramenta de busca organizada e controlada publicamente (que poderia, por exemplo, ser executada como um projeto colaborativo gerido com a participação de universidades públicas). A internet tem, ao mesmo tempo, potencial para ser um “espetáculo capitalista e de ‘mercadorização’” e uma construção de “situações cibernéticas” que são “destinadas à mudança progressiva e construção de formas culturais e sociais alternativas” (Best; Kellner, 2001, p.237”).

O segundo conjunto de conceitos marxistas que se expressa nos estudos críticos sobre a internet é o conjunto *capitalismo/modo de produção capitalista/sociedade capitalista*. Para Marx, o capitalismo é um sistema de acumulação de capital no qual o trabalhador “tem permissão para trabalhar para a sua própria subsistência, ou seja, para viver apenas na medida em que ele trabalhe por um determinado tempo gratuitamente para o capitalista (e, portanto, também para os consumidores tardios de mais-valia)” para que “todo o sistema de produção capitalista se oriente no sentido de aumentar este trabalho gratuito” (Marx, 1875, p.310). Portanto, este sistema “é um sistema de escravidão” (Marx, 1875, p.310). As noções de capitalismo/modo de produção capitalista se refletem no campo dos estudos críticos sobre a internet por meio de conceitos como os de capitalismo comunicativo (Dean, 2004; 2005; 2009; 2010; Passavant, 2004), capitalismo informacional (Fuchs, 2008; 2009a; Schmiede, 2006), antagonismo entre as forças produtivas do trabalho digital e as relações de produção (Fuchs, 2008; 2009b; Žižek, 2004, p.293), capitalismo digital (Schiller, 2000), hipercapitalismo (Graham, 2006), capitalismo digital visual (Nakamura, 2008), dentre outros. David Beer, por exemplo, argumentou que o que está faltando nos estudos sobre web 2.0 e mídias sociais é justamente “uma agenda mais política e aberta à análise da dinâmica de funcionamento do capitalismo” (Beer, 2008, p.526).

O terceiro bloco de categorias marxistas que tem impacto nos estudos sobre internet e tecnologias digitais são as de *mercadoria* / “*mercadorização*”. Marx argumentou que a célula fundamental do capitalismo é a mercadoria, ou seja, um

produto que é trocado em certa relação quantitativa com o dinheiro:  $x$  quantidade de mercadoria  $A = y$  unidades de dinheiro. A “mercadorização” é a transformação de uma relação social em uma relação de troca entre o comprador e o vendedor. A noção de “mercadorização” tem sido utilizada nos estudos críticos sobre internet, por exemplo, como a “mercadorização” da internet (Fuchs, 2008, capítulo 7), a “mercadorização” da privacidade *on-line* (Campbell; Carlson, 2002; Fernback; Pappacharissi, 2007), a “mercadorização” da comunidade no ciberespaço (Campbell, 2008; Fernback, 2004), e o conceito de perfil como máquina de “mercadorização” *on-line* de informações pessoais (Elmer, 2004).

Em quarto lugar, encontram-se os *conceitos de classe, mais-valia, exploração e alienação*. A esse respeito, diversos exemplos do uso dessas categorias marxistas no campo de estudos sobre internet podem ser fornecidos. Em trabalho anterior, eu mesmo argumentei (Fuchs, 2010b) que a acumulação de capital na web corporativa 2.0 está baseada na exploração infinita de *prosumers*,<sup>3</sup> cujos dados armazenados *on-line* são vendidos como mercadoria para clientes de publicidade na internet. Também nesse trabalho considerei os usuários da web corporativa 2.0 como parte da classe proletária que é explorada pelo capital (Fuchs, 2010b), baseando-me no conceito de mais-valia de Marx e na noção de mercadoria-audiência de Dallas Smythe. Mark Andrejevic (2002) e Josh Lauer (2008) argumentam que o trabalho de estar sendo observado no que diz respeito aos meios de comunicação é uma forma de exploração e trabalho produtivo. As discussões sobre a criação de valor em mídias digitais tornaram-se importantes (ver, por exemplo, também: Bolin, 2011; Jakobsson; Stiernstedt, 2010). Andrejevic (2002, p.239) aborda o tema da “capacidade da interatividade das novas mídias para explorar o trabalho de estar sendo observado”, enquanto Lauer (2008) indica a vigilância do consumidor como trabalho alienado. Andrejevic (2009) emprega o termo exploração 2.0 para salientar que a exploração permanece uma característica fundamental do ambiente web 2.0. Em outro trabalho, Andrejevic (2007) relacionou a noção do “trabalho de estar sendo observado” com a categoria de cercamento digital [*digital enclosure*]. Terranova (2004) desenvolveu o conceito de exploração do trabalho gratuito na internet. Para Jonathan Beller (2006), a criação de mais-valia na internet é característica de um modo de produção cinematográfico. Lisa Nakamura (2009) descreveu a exploração de base racial de trabalhadores-jogadores *on-line*, que enfrentam condições semelhantes às do trabalho em empresas maquiladoras. Ademais, a noção de proletarização tem sido utilizada para a análise de mídia social (Breen, 2011).

O quinto conceito é o de *globalização*. Marx ressaltou várias vezes a tendência inerente ao capitalismo de se internacionalizar em razão do “entrelaçamento

3 Palavra formada pela junção de *professional/producer* (profissional/produtor) com *consumer* (consumidor) que busca retratar o consumidor que ajuda as empresas a desenvolver e produzir novos produtos. [N.T.]

cada vez maior de todos os povos na rede do mercado mundial”, sublinhando ainda o caráter transnacional do regime de acumulação capitalista (Marx, 1867, p.929). O mercado mundial, a exportação de capital e a organização global de empresas são aspectos desse processo de globalização capitalista. Kellner (2002) salientou a importância da teoria dialética e crítica de Marx para o entendimento mais abrangente do “tecnocapitalismo” contemporâneo e para a compreensão de que a globalização e a internet são também terrenos de contestação que geram endogenamente forças de oposição ao sistema. Harvey (1990), recuperando a visão de Marx de que “o capital, por sua natureza, se lança para além de todas as barreiras espaciais” e que “os meios de comunicação e transporte” estão ligados à “aniquilação do espaço pelo tempo” (Marx 1857/1858, p.524), afirma que a ascensão de um regime de acumulação flexível, em combinação com as novas tecnologias de comunicação, trouxe uma nova fase de compressão do tempo-espaco do capitalismo. Para Schiller (2000, p.135), a internet é um “meio de consumo transnacional” que ajuda o capitalismo digital na rede. Dyer-Witheford (1999, p.130) argumentou que a internet é uma “via eletrônica” para a “circulação de dinheiro, mercadorias e poder”. Webster (2002, p.77) salienta que as TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação), como a internet, “permitem a orquestração da produção globalizada e novas estratégias de marketing, além de dinamizar ainda mais o comércio financeiro global”. Essas abordagens refletem a visão de Marx de que as tecnologias de comunicação, como a internet, são o meio e, ao mesmo tempo, o resultado da tendência de globalização do capitalismo (Fuchs, 2008, p.110).

O sexto conjunto de conceitos é o par *ideologia/crítica da ideologia*. Para Marx, a ideologia é uma consciência invertida, consciência que é manipulada para que a realidade seja vista de forma diferente do que é. “Em toda ideologia, os homens e suas circunstâncias aparecem de cabeça para baixo como em uma câmara escura” (MECW, v.5, p.14). É “uma consciência invertida do mundo” (MECW, v.3, p.175). Em *O capital*, Marx (1867, p.165) descreve a ideologia associada ao fetichismo da mercadoria que faz com que as relações sociais apareçam como características das coisas e, dessa forma, criem “reinos nebulosos” da consciência. Dentro desse contexto, diversos exemplos da crítica da ideologia, no campo de estudos críticos sobre a internet, podem ser apresentados, tais como os de Trebor Scholz (2008), que critica a web 2.0 como ideologia de marketing. José van Dijck e David Nieborg (2009) argumentam que o otimismo da web 2.0 é acrítico e também uma ideologia que serve aos interesses corporativos. Os usuários da web 2.0 seriam mais usuários passivos do que criadores ativos (Van Dijck, 2009). Eran Fisher (2010a; 2010b) argumenta que a web 2.0 é formada por um discurso que legitima o capitalismo, que ele caracteriza como o novo espírito das redes. Marcus Breen (2010) argumenta que o determinismo digital é uma ideologia que molda a era do capitalismo da internet. Jodi Dean (2005; 2009) aplica o conceito de fetichismo da mercadoria à internet. Ela critica a

suposição de que a política *on-line* seja inerentemente crítica e democrática, argumentando ainda que o capitalismo desenvolve os fluxos de comunicação, mas sem estimular as habilidades comunicacionais dos internautas e cidadãos, o que frequentemente mistifica ideologicamente os usuários. Com base na obra de Žižek, Dean (2006) argumenta que a politização da internet não está automaticamente presente, necessitando de luta para ser conquistada. Em outro trabalho, eu mesmo procurei caracterizar a noção de “web 2.0 participativa” (dentro do capitalismo) como uma ideologia que oculta a natureza intrinsecamente autoritária das organizações que compõem o sistema (Fuchs, 2011). Thomas Mathiesen (2004), no espírito de Horkheimer e Adorno, descreveu a internet corporativa como um “silencioso sistema de silenciamento”. Outros autores mostram ainda que as ideologias dominantes difundidas por meio da internet estão, em sua maioria, completamente descoladas da realidade cotidiana da maior parte da classe trabalhadora (Olsson, 2006). O surgimento de novas tecnologias muitas vezes cria uma “erupção de sentimentos que esmaga brevemente a razão”, segundo Mosco (2004, p.22). O determinismo tecnológico ignora a economia política dos acontecimentos.

A sétima categoria marxista com potencial de ser empregada nos estudos críticos sobre internet é a de *luta de classes*. Com efeito, no campo de estudos críticos sobre internet, a noção de luta de classes é recuperada, por exemplo, no conceito de lutas anticapitalistas que ocorrem na internet e ajudam a “hackear” o capitalismo, segundo alguns autores como Söderberg (2008), ou a noção de internet como meio para a circulação das lutas de classes (Dyer-Witthford, 1999). Conceitos relacionados são o de tecido eletrônico de lutas (Clever, 1998) e o de desobediência civil eletrônica (Critical Art Ensemble, 1996). Ao discutir as lutas ancoradas na internet, Kahn e Kellner (2004) afirmam que a internet é a base para a “globalização-desde-baixo”. Também a realidade da mídia *on-line* alternativa como meio de luta tem sido explorada nesse contexto (Kidd, 2003). Conceitos orientados pela luta de classes no campo de estudos críticos sobre a internet têm a sua origem nas descrições das lutas dos zapatistas mexicanos contra o neoliberalismo e o papel da internet nessas lutas. Posteriormente, o conceito de Hardt e Negri (2004) de luta da multidão tornou-se de importância central em tais abordagens. A multidão é composta de “singularidades que agem em comum” (p.105), “todos aqueles que trabalham sob o domínio do capital” (p.106). É formada pelo trabalho imaterial, que é o trabalho “que cria produtos imateriais, como o conhecimento, informação, comunicação, uma relação ou uma resposta emocional” (p.108).

A oitava categoria marxista é a de *bens comuns e de comunidade*. Bens comuns são recursos essenciais e básicos à sobrevivência de uma sociedade, que todos precisam e que são produzidos por todos. Marx destacou o caráter comum do conhecimento por meio do conceito de “intelecto geral”, que é o “poder do conhecimento, objetivado”, “conhecimento social geral” que se torna “uma força direta de produção” (Marx, 1857/1858, p.706). Ressaltou que o conhecimento



é “gerado em parte pela cooperação de homens que vivem agora, mas em parte também pela construção de um trabalho anterior” (Marx, 1894, p.199). Seu caráter comum é devido ao “trabalho comunal, que, no entanto, simplesmente implica na colaboração direta de indivíduos” (Marx, 1894, p.199). O conceito de bens comuns tem sido aplicado ao contexto dos estudos sobre o conhecimento que é produzido e compartilhado coletivamente na internet e é apropriado privadamente pelo capital (ver, por exemplo: Dyer-Witheford, 1999; Fuchs, 2010b; 2011; Hardt; Negri; 2009; Kidd, 2003; Žižek, 2010a). As discussões sobre bens comuns da internet se relacionam especialmente com o *software* livre, a Wikipedia e o compartilhamento de arquivos.

Os conceitos de luta de classes e de bens comuns estão, no marxismo contemporâneo e em estudos críticos da internet, especialmente fundamentados no marxismo autonomista, uma perspectiva que Žižek (2008, p.354) critica (principalmente no que diz respeito à Hardt e Negri), por celebrar a revolução informacional como “a única oportunidade de superação do capitalismo”, ignorando, assim, o surgimento de uma nova modalidade de “capitalismo *soft*” que procura evitar e camuflar os conflitos utilizando uma retórica ideológica que consiste em promover sistematicamente ideais como participação, auto-organização e cooperação, mas sem realizá-los efetivamente na realidade cotidiana dos trabalhadores. Žižek, porém, concorda com Hardt e Negri (2009) na tese de que a exploração dos bens comuns da sociedade (tais como o conhecimento produzido na internet, a educação e a cultura) justifica e torna possível, como forma de resistência política, a “ressurreição da ideia de comunismo” (Žižek, 2008, p.429).

O nono conceito é o de *esfera pública*. Marx discutia alternativas ao Estado burguês quando descreveu a Comuna de Paris como um tipo específico de esfera pública que, ao ser “formada por conselheiros municipais escolhidos por sufrágio universal nos diversos distritos da cidade, diretamente responsáveis aos trabalhadores e com mandatos de curta duração”, contribuiria para a eliminação da dominação de classe burguesa (Marx, 1871, p.274). Como se sabe, o conceito original de esfera pública em Habermas (1991, p.122-129) está fundamentado nesse entendimento marxista do termo. Marx analisou com ironia a esfera pública burguesa, “denunciou a opinião pública como sendo uma falsa consciência que esconde de si mesma sua verdadeira natureza e funciona como uma máscara dos interesses de classe da burguesia” (Habermas, 1991, p.124). A crítica de Marx

demoliu todas as ficções para as quais recorria a ideia de esfera pública da sociedade civil. Em primeiro lugar, as condições sociais prévias para a igualdade de oportunidades estavam obviamente ausentes, a saber, que qualquer pessoa com habilidade e “sorte” poderia atingir o *status* de proprietário e, assim, as qualificações de uma pessoa privada como garantia do acesso à esfera pública, propriedade e educação. A esfera pública com a qual Marx se viu confrontado contradizia seu próprio princípio da acessibilidade universal. (Habermas, 1991, p.124)

Uma série de autores tem debatido como abordar a noção de esfera pública no contexto dos estudos sobre a internet e, assim, também tem levado em consideração a fundamentação marxista de Habermas ao descrever como a economia política do capitalismo pode colonizar e, dessa forma, limitar o potencial da internet de atuar como uma ferramenta que promova efetivamente a criação de uma esfera pública (por exemplo, os trabalhos de Dahlberg, 2004; Dahlgren, 2005; Papacharissi, 2002). No entanto, a maioria desses autores tem ignorado o conceito de Marx de esfera pública como uma esfera comunitária (comunismo), que transcende ao controle privado dos meios de produção, assim como ignoram o reconhecimento dessa dimensão do conceito de esfera pública pelo próprio Habermas. Se os estudos críticos sobre a internet quiserem levar a sério os conceitos de esfera pública de Marx e do jovem Habermas, eles precisam discutir, então, o que seria uma internet comunista que efetivamente concretizasse os ideais de apropriação coletiva dos bens públicos (Fuchs, 2011). Segundo Habermas, a esfera pública não é apenas um ideal normativo, mas também um conceito que permite criticar a realidade política dos meios de comunicação nas sociedades de classe. Ele destacou, nesse contexto, que a esfera pública liberal limita seu próprio valor de liberdade de expressão e de opinião pública, porque os cidadãos no capitalismo não têm a mesma educação formal e os recursos materiais para a participação na esfera pública (Habermas, 1991, p.227), o que limita seu próprio usufruto dos valores de liberdade de associação e de reunião, na medida em que as grandes organizações políticas e econômicas “possuem um oligopólio que as permitem ter uma vantagem competitiva no usufruto das liberdades de associação e reunião política e propagandisticamente mais relevantes” (Habermas, 1991, p.228). Os estudos críticos sobre a internet devem, portanto, dar atenção especial ao modo pelo qual a liberdade de expressão e a liberdade de associação são limitadas por condições desiguais de acesso (dinheiro, educação, idade etc.) e pela dominação de grandes organizações econômicas e políticas.

O décimo conceito considerado aqui é o de *comunismo*. Deve-se reiterar que com essa expressão Marx e Engels não se referiam a uma sociedade totalitária que monitora todos os seres humanos, administra campos de trabalho forçado, reprime a individualidade humana, instala condições de escassez geral, limita a liberdade de movimento e de associação etc. Para eles, o comunismo é uma forma de organização social que fortalece a produção cooperativa comum, a propriedade comum dos meios de produção, e enriquece a esfera individual de atividades e, dessa forma, a individualidade dos trabalhadores. Como afirmam alguns autores, a recente crise do capitalismo trouxe um novo interesse à ideia de comunismo entendida dessa maneira (Žižek; Douzinas, 2010).

No que se refere especificamente ao campo dos estudos críticos sobre a internet, diversos analistas têm se referido, por exemplo, ao objetivo de uma internet comunitária e efetivamente “pública” em uma sociedade comunista (Fuchs, 2011), o comunismo do século XXI (Dyer-Witheford, 1999), o comunismo cibernético

(Barbrook, 2007) ou *dot.communism* (Moglen, 2003), uma internet alternativa (Atton, 2004), ou uma rede de serviço público (Patelis, 2000). Nesse sentido, a noção de comunismo tem, para esse campo de estudos, especial relevância na medida em que coloca a questão de saber em que medida a partilha comum (como em plataformas de compartilhamento de arquivos) e produção cooperativa de conhecimentos (como a Wikipedia ou movimento de Software Livre/*Open Source*) constituem embriões de um modo de produção comunista.

O décimo primeiro conceito é o de *estética*. Marx afirmou que, no capitalismo, mesmo a arte poderia ser transformada num tipo de trabalho que gera mais-valia e, assim, se tornar um objeto de “mercadorização” (Marx, 1863, p.401). Para o autor, o comunismo significa o fim da rígida divisão do trabalho existente na sociedade de classes, de modo que todas as pessoas pudessem potencialmente exercer atividades artísticas. “Em uma sociedade comunista não há pintores, mas sim pessoas que se envolvem com pintura, entre outras atividades” (Marx; Engels 1846, p.418). Adorno, a partir dessas indicações de Marx, aborda a questão da relação entre arte, capitalismo e comunismo, argumentando que a arte autêntica não é idêntica à lógica do capitalismo, pois essa arte omite a razão instrumental: “a função da arte no mundo totalmente funcional é a sua não funcionalidade” (Adorno, 1997, p.320). Nos últimos anos, discussões sobre a estética marxista foram aplicadas a vários campos de estudos sobre a internet, jogos *on-line* e jogos de computador (ver, por exemplo: Kline; Dyer-Witheford; De Peuter, 2003; Andrejevic, 2006; Dyer-Witheford; De Peuter, 2009).

Os onze conceitos discutidos são algumas das noções marxistas mais frequentemente invocadas nos estudos sobre internet. Outros poderiam ser adicionados e a discussão estendida. Os exemplos dados são, no entanto, sugestivos da importância da teoria marxista para a análise crítica da internet.

## Conclusão

A análise das abordagens neste trabalho mostrou que há diferenças metodológicas, ontológicas e epistemológicas dentro do campo dos estudos críticos sobre a internet. Os estudos críticos sobre cibercultura são influenciados por abordagens que ignoram ou colocam em segundo plano a existência das classes sociais e da exploração e, portanto, devem ser mais adequadamente chamados de “estudos de cibercultura” de uma perspectiva tradicional e não crítica. A teoria crítica e a economia política crítica da internet são baseadas no entendimento de que as classes são cruciais para a compreensão das estruturas de exploração e dominação que se expressam na internet e em outros meios de comunicação e que, no capitalismo, todas as formas de dominação estão relacionadas e condicionadas por formas de exploração econômica. Implícita ou explicitamente, uma série de conceitos marxistas tem sido recuperada nos estudos críticos sobre internet, tais como os conceitos de dialética, capitalismo, consumismo mais-valia/exploração/

alienação/classe, globalização, ideologia, luta de classes, bens comuns, esfera pública, comunismo e estética.

Os onze conceitos marxistas delineados permitem a formulação de uma agenda de pesquisa, ainda incompleta, para os estudos críticos sobre a internet, o que inclui as seguintes perguntas:

- 1) Como é possível a criação, o desenvolvimento e as contradições da internet serem compreendidas por uma teoria crítica dialética e histórica?
- 2) Qual é exatamente o papel da internet no capitalismo? Como esse papel pode ser teorizado e empiricamente medido? Quais modelos de acumulação de capital baseados na internet aí residem?
- 3) Quais são as formas de “mercadorização” que vamos encontrar na internet e como elas funcionam?
- 4) Quais são as diferentes formas de criação de valor excedente existentes na internet, como funcionam? O que os usuários pensam sobre elas?
- 5) Como a internet interage com os processos de globalização?
- 6) Quais são os mitos e ideologias existentes em relação à internet? Como eles podem ser descobertos, analisados e criticados?
- 7) Qual o papel da internet na luta de classes? Quais as potencialidades, realidades e limites das lutas por uma internet alternativa?
- 8) O que são bens comuns da internet? Como a “mercadorização” dos bens comuns da internet funciona? Que modelos para o fortalecimento dos bens comuns da internet existem?
- 9) Quais as potencialidades e limites da internet em originar uma esfera pública?
- 10) O que é uma internet com base em bens comuns? Que formas e modelos de internet com base em bens comuns existem? Como é possível reforçar o estabelecimento de uma internet baseada em bem comuns?
- 11) Como a internet muda a arte e a estética? Há potenciais de arte *on-line* e estética *on-line* para desafiar a lógica do capitalismo e ajudar a desenvolver uma lógica diferente?

Se os estudos da internet são um campo distinto altamente interdisciplinar (Ess, 2011), então os estudos críticos sobre a internet podem ser caracterizados como uma subárea desse campo de estudos, que se concentra na análise das estruturas de dominação e práticas na internet, lutas baseadas na internet contra a dominação, e procura encontrar formas de utilizar a internet para libertar os seres humanos da opressão, desigualdade e exploração. Argumentei neste trabalho que, na situação contemporânea da crise capitalista, é especificamente importante que os estudos críticos sobre a internet se concentrem na análise do papel da internet no capitalismo e baseiem-se em raízes marxistas. Alguns estudiosos reconhecem explicitamente a importância da análise marxista para estudar criticamente a internet, enquanto outros se referem implicitamente a Marx. Autores no campo

de estudos críticos sobre cibercultura tendem a colocar entre parênteses questões relacionadas à classe e ao capitalismo. É hora de lembrar ativamente que Marx é a figura fundadora dos estudos críticos sobre os impactos das tecnologias de comunicação e informação nas sociedades capitalistas (Fuchs, 2010a; 2011) e que as análises marxistas são cruciais para a compreensão do papel contemporâneo da internet e dos meios de comunicação na sociedade (Fuchs; Winseck, 2011).

Marx está de volta, e o capitalismo, numa situação de crise de perspectivas e de impasse. Por isso, necessitamos cada vez mais de estudos que analisem a internet e as tecnologias digitais de uma perspectiva marxista, se quisermos compreender o papel da internet na dominação e exploração, mas também seu potencial para a libertação dos trabalhadores em uma sociedade de classes.

### Referências bibliográficas

- ADORNO, T. W. Zur Logik der Sozial wissenschaften. In: *Soziologische Schriften I*. Frankfurt/Main: Suhrkamp, 1962, p.574-565.
- \_\_\_\_\_. *Aesthetic Theory*. Londres: Continuum. 1997.
- ANDREJEVIC, M. The Work of Being Watched: Interactive Media and the Exploitation of Self-Disclosure. *Critical Studies in Media Communication*, 19(2), p.230-248, 2002.
- \_\_\_\_\_. Apprehensions of the Future: Internet Aesthetics and Ideology. In: *Ideologies of the Internet*. SARIKAKIS, K.; THUSSU, D. (Eds.). Londres: Hampton Press, 2006, p.19-34.
- \_\_\_\_\_. *iSpy: Surveillance and Power in the Interactive Era*. Lawrence: University Press of Kansas, 2007.
- \_\_\_\_\_. Critical Media Studies, 2.0: An Interactive upgrade. *Interactions: Studies in Communication and Culture*, 1(1), p.35-51, 2009.
- ARTZ, L.; MACEK, S.; CLOUD, D. L. (Eds.). *Marxism and Communication Studies*. Nova York: PeterLang, 2006.
- ATTON, C. *An Alternative Internet*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2004.
- BAKARDJIEVA, M. The Internet in Everyday Life: Exploring the Tenets and Contributions of Diverse Approaches. In: CONSALVO, M.; ESS, C. (Eds.). *The Handbook of Internet Studies*. Chicester: Wiley, 2010, p.59-82.
- BARBROOK, R. *Imaginary Futures*. Londres: Pluto Press, 2007.
- BEER, D. Social Network(ing) Sites. Revisiting the Story SoFar: A Response to Danah Boyd & Nicole Ellison. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 13(2), p.516-529, 2008.
- BELL, D. *An Introduction to Cybercultures*. Nova York: Routledge, 2001.
- \_\_\_\_\_. Introduction: Approaching Cyberculture. In: BELL, D. (Ed.). *Cybercultures. Critical Concepts in Media and Cultural Studies*. v.I. Nova York: Routledge, 2006, p.1-10.
- \_\_\_\_\_. *Cyberculture Theorists*. Nova York: Routledge, 2007.
- BELLER, J. *The Cinematic Mode of Production*. Lebanon, NH: Dartmouth College Press, 2006.
- BEST, S.; KELLNER, D. *The Postmodern Adventure*. Nova York: Guilford, 2001.

- BOLIN, G. *Value and the Media. Cultural Production and Consumption in Digital Markets*. Farnham: Ashgate, 2011.
- BREEN, M. Digital Determinism: Culture Industries in the USA-Australia Free Trade Agreement. *New Media & Society*, 12(4), p.657-676, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Uprising. The Internet's Unintended Consequences*. Champaign, IL: Common Ground, 2011.
- BUTLER, J.; LACLAU, E.; ŽIŽEK, S. *Contingency, Hegemony, Universality*. Londres: Verso, 2000.
- CALLINICOS, A. *An Anti-Capitalist Manifesto*. Cambridge, UK: Polity, 2003.
- CAMPBELL, J. E.; CARLSON, M. Panopticon.com: Online Surveillance and the Commodification of Privacy. *Journal of Broadcasting & Electronic Media*, 46 (4), p.586-606, 2002.
- CAMPBELL, J. E. *Virtually Home: The Commodification of Community in Cyberspace* (dissertação). Filadélfia, PA: University of Pennsylvania, 1 jan. 2008.
- CECEZ-KECMANOVIC, D. Basic Assumptions of the Critical Research Perspectives in Information Systems. In: *Handbook of Critical Information Systems Research*. HOWCROFT, D.; TRAUTH, E. M. (Eds.). Cheltenham: Edward Elgar, 2005, p.19-46.
- CLEAVER, H. The Zapatistas and the Electronic Fabric of Struggle. In: HOLLOWAY, J.; PELÁEZ, E. (Eds.). *Zapatista!*. Londres: Pluto Press, 1998, p.81-103.
- CRITICAL Art Ensemble. *Electronic Civil Disobedience*. Nova York: Autonomedia, 1996.
- DAHLBERG, L. Net-Public Sphere Research: Beyond the "First Phase". *Javnost* 11, 1, p.27-44, 2004.
- DAHLGREN, P. The Internet, Public Spheres, and Political Communication. *Political Communication*, 22 (2), p.147-162, 2005.
- DEAN, J. The Networked Empire: Communicative Capitalism and the Hope for Politics. In: PASSAVANT, P. A.; DEAN, J. (Eds.). *Empire's New Clothes*. Reading Hardt and Negri. Nova York: Routledge, 2004, p.265-288.
- \_\_\_\_\_. Communicative Capitalism: Circulation and the Foreclosure of Politics. *Cultural Politics*, 1(1), p.51-74, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Žižek Politics*. Nova York: Routledge, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Democracy and Other Neoliberal Fantasies. Communicative Capitalism and Left Politics*. Durham: Duke University Press, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Blog Theory*. Cambridge: Polity, 2010.
- DYER-WITHEFORD, N. *Cyber-Marx. Cycles and Circuits of Struggle in High-Technology Capitalism*. Urbana, IL: University of Illinois Press, 1999.
- DYER-WITHEFORD, N.; DE PEUTER, G. *Games of Empire: Global Capitalism and Video Games*. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 2009.
- ELMER, G. (Ed.). *Critical Perspectives on the Internet*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Profiling Machines*. Cambridge, MA: MIT Press, 2004.
- ESS, C. Introduction to Part I. In: CONSALVO, M.; ESS, C. *The Handbook of Internet Studies*. Chichester: Wiley, 2011, p.11-15.
- FEENBERG, A. *Transforming Technology: A Critical Theory Revisited*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

- FERNBACK, J. Community as Commodity. Empowerment and Consumerism on the Web. *Internet Research Annual*, 1, p.224-230, 2004.
- FERNBACK, J.; PAPACHARISSI, Z. Online Privacy as Legal Safeguard: The Relationship among Consumer, Online Portal, and Privacy Policies. *New Media & Society*, 9(5), p.715-734, 2007.
- FISHER, E. Contemporary Technology Discourse and the Legitimation of Capitalism. *European Journal of Social Theory*, 13(2), p.229-252, 2010a.
- \_\_\_\_\_. *Media and New Capitalism in the Digital Age*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2010b.
- FOSTER, J. B.; MAGDOFF, F. *The Great Financial Crisis*. Causes and Consequences. Nova York: Monthly Review Press, 2009.
- FUCHS, C. *Internet and Society*. Social Theory in the Information Age. Nova York: Routledge, 2008.
- \_\_\_\_\_. A Contribution to the Critique of the Political Economy of Transitional Informational Capitalism. *Rethinking Marxism*, 21(3), p.387-402, 2009a.
- \_\_\_\_\_. Information and Communication Technologies and Society. A Contribution to the Critique of the Political Economy of the Internet. *European Journal of Communication*, 24(1), p.69-87, 2009b.
- \_\_\_\_\_. Grounding Critical Communication Studies: An Inquiry into the Communication Theory of Karl Marx. *Journal of Communication Inquiry*, 34(1), p.15-41, 2010a.
- \_\_\_\_\_. Labor in Informational Capitalism and on the Internet. *The Information Society*, 26(3), p.179-196, 2010b.
- \_\_\_\_\_. *Foundations of Critical Media and Information Studies*. Nova York: Routledge, 2011.
- FUCHS, C.; WINSECK, D. Critical Media and Communication Studies Today. A Conversation. *TripleC*, 9(2), p.247-271, 2011.
- GARNHAM, N. *Capitalism and Communication*. Londres: Sage, 1990.
- \_\_\_\_\_. Political Economy and Cultural Studies: Reconciliation or Divorce? In: STOREY, J. (Ed.). *Cultural Theory and Popular Culture*. Harlow: Pearson, 1998, p.600-612.
- GRAHAM, P. *Hypercapitalism*. Nova York: Peter Lang, 2006.
- HABERMAS, J. *The Structural Transformation of the Public Sphere*. Cambridge, MA: MIT Press, 1991.
- HAKKEN, D. *The Knowledge Landscapes of Cyberspace*. Nova York: Routledge, 2003.
- HARDT, M.; NEGRI, A. *Empire*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Multitude*. Nova York: Penguin, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Commonwealth*. Cambridge, MA: Belknap Press, 2009.
- HARVEY, D. *The Condition of Postmodernity*. Oxford: Blackwell, 1990.
- \_\_\_\_\_. *The New Imperialism*. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- \_\_\_\_\_. *A Brief History of Neoliberalism*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- \_\_\_\_\_. *A Companion to Marx's Capital*. Londres: Verso, 2010.
- HEIM, M. The Cyberspace Dialectic. In: LUNENFELD, P (Ed.). *The Digital Dialectic*. Cambridge, MA: MIT Press, 1999, p. 24-45.
- HORKHEIMER, M. Traditional and Critical Theory. *Critical Theory*, Nova York: Continuum, 2002 [1937], 188-252.
- \_\_\_\_\_. *Eclipse of Reason*. Nova York: Continuum, 1974 [1947].

- JACOBS, K.; JANSSEN, M.; PASQUINELLI, M. (Eds.). *C'LICK ME*. A Netporn Studies Reader. Amsterdã: Institute of Network Cultures, 2007.
- JAKOBSSON, P.; STIERNSTEDT, F. Pirates of Silicon Valley. State of Exception and Dispossession in Web 2.0. *First Monday*, 15 (7), 2010.
- JONES, S. Foreword. Dreams of a Field: Possible Trajectories of Internet Studies. In: SILVER, D.; MASSANARI, A. (Eds.). *Critical Cyberculture Studies*. Nova York: New York University Press, 2006, p.ix-xvii.
- KAHN, R.; KELLNER, D. New Media and Internet Activism. *New Media & Society*, 6 (1), p.87-95, 2004.
- KELLNER, D. *Critical Theory, Marxism and Modernity*. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Cultural Studies, Identity and Politics between the Modern and the Postmodern*. Nova York: Routledge, 1995.
- \_\_\_\_\_. Theorizing Globalization. *Sociological Theory*, 20 (3), p.285-305, 2002.
- \_\_\_\_\_. Toward a Critical Media/Cultural Studies. In: HAMMER, R.; KELLNER, D. (Eds.). *Media/Cultural Studies: Critical Approaches*. Nova York: Peter Lang, 2009, p.5-24.
- KIDD, D. Indymedia.org: A New Communication Commons. In: MCCAUGHEY, M.; AYERS, M. (Eds.). *Cyberactivism*. Nova York: Routledge, 2003.
- KLINE, S.; DYER-WITHEFORD, N.; DE PEUTER, G. *Digital Play: The Interaction of Technology, Culture and Marketing*. Montreal: McGill-Queen's University Press, 2003.
- KNOCHE, M. Kommunikationswissenschaftliche Medienökonomie als Kritik der Politischen Ökonomie der Medien. In: AHRWEILER, P.; THOMAS, B. (Eds.). *Internationale partizipatorische Kommunikationspolitik*. Münster: LIT, 2005, p.101-109.
- LAUER, J. Alienation in the Information Economy. Toward a Marxist Critique of Consumer Surveillance. In: CARPENTIER, N.; DE CLEEN, B. (Eds.). *Participation and Media Production*. Newcastle: Cambridge Scholars, 2008, p.41-56.
- LOVINK, G. Von der spekulativen Medientheorie zur Netzkritik. *Telepolis*, 1º jan. 1997.
- \_\_\_\_\_. *Dark Fiber. Tracking Critical Internet Culture*. Cambridge, MA: MIT Press, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Zero Comments. Blogging and Critical Internet Culture*. Nova York: Routledge, 2008.
- LOVINK, G.; NIEDERER, S. (Eds.). *Video Vortex Reader. Responses to YouTube*. Amsterdã: Institute of Network Cultures, 2008.
- LOVINK, G.; ROSSITER, N. (Eds.). *My Creativity Reader. A Critique of Creative Industries*. Amsterdã: Institute of Network Cultures, 2007.
- LOVINK, G.; SCHOLZ, T. (Eds.). *The Art of Free Cooperation*. Nova York: Autonomedia, 2005.
- LOVINK, G.; SCHULTZ, P. Aufruf zur Netzkritik. In: *Netzkritik*. NETTIME (Ed.). Berlin: Edition ID-Archiv, 1997, p.5-14.
- LOVINK, G.; ZEHLE, S. (Eds.). *Incommunicado Reader*. Amsterdã: Institute of Network Cultures, 2005.
- LUNENFELD, P. Introduction: Screen Grabs: The Digital Dialectic and New Media Theory. In: *The Digital Dialectic*. Cambridge, MA: MIT Press, 1999, p.xiv-xxi.



- MACEK, S. Divergent Critical Approaches to New Media. *New Media & Society*, 8 (6), p.1031-1038, 2006.
- MARCUSE, H. *Reason and Revolution*. Hegel and the Rise of Social Theory. Nova York: Humanity Books, 1941.
- \_\_\_\_\_. *One-Dimensional Man*. Nova York: Routledge, 1964.
- MARX, K. *The Grundrisse*. Londres: Penguin, 1857/1858.
- \_\_\_\_\_. *Theories of Surplus Value*. v.1. Londres: Lawrence & Wishart, 1863.
- \_\_\_\_\_. *Capital: Critique of the Political Economy*. v.1. Londres: Penguin, 1867.
- \_\_\_\_\_. The Civil War in France. In: *Selected Works in one Volume*. Londres: Lawrence & Wishart, 1871, p.237-295.
- \_\_\_\_\_. Critique of the Gotha Programme. In: *Selected Works in one Volume*. Londres: Lawrence & Wishart, 1875, p.297-317.
- \_\_\_\_\_. *Capital*. v.3. Londres: Penguin, 1894.
- MARX, K.; ENGELS, F. *The German Ideology*. Amherst, NY: Prometheus, 1846.
- MATHIESEN, T. Panopticon and Synopticon as Silencing Systems. In: *Silently Silenced*. Essays on the Creation of Acquiescence in Modern Society. Winchester: Waterside Press, 2004, p.98-102.
- MEW. *Marx-Engels-Werke*. Berlin: Dietz, 1962.
- MECW. *Marx-Engels-Collected Works*. Nova York: International Publishers, 1975.
- MCCHESENEY, R. W. *Communication Revolution*. Nova York: New Press, 2007.
- MOGLEN, E. *The dotCommunist Manifesto*. Disponível em: <[http://emoglen.law.columbia.edu/my\\_pubs/dcm.html#tex2html2](http://emoglen.law.columbia.edu/my_pubs/dcm.html#tex2html2)>. Acesso em: jan. 2003.
- MOSCO, V. *The Digital Sublime*. Cambridge, MA: MIT Press, 2004.
- \_\_\_\_\_. *The Political Economy of Communication*. 2.ed. Londres: Sage, 2009.
- MURDOCK, G.; GOLDING, P. Culture, Communications and Political Economy. In: CURRAN, J.; GUREVITCH, M. (Eds.). *Mass Media and Society*, 4.ed. Nova York: Hodder Arnold, 2005, p.60-83.
- NAKAMURA, L. *Digitizing Race. Visual Cultures of the Internet*. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 2008.
- \_\_\_\_\_. Don't Hate the Player, Hate the Game. The Racialization of Labor in World of Warcraft. *Critical Studies in Media Communication*, 28 (2), p.128-144, 2009.
- O'CONNOR, J. *Natural Causes*. Nova York: Guilford, 1998.
- OLSSON, T. A Marginal Resource for Civic Identity. The Internet in Swedish Working Class Households. *Javnost-The Public*, 13 (1), p.73-88, 2006.
- PAPARCHARISSI, Z. The Virtual Sphere. The Internet as a Public Sphere. *New Media & Society*, 4 (1), p.9-27, 2002.
- PASSAVANT, P. A. Postmodern Republicanism. In: PASSAVANT, P. A.; DEAN, J. (Eds.). *Empire's New Clothes*. Reading Hardt and Negri. Nova York: Routledge, 2004, p.1-20.
- PATELIS, K. The Political Economy of the internet. In: CURRAN, J. (Ed.). *Media Organisations in Society*. Londres: Arnold, 2000, p.84-107.
- POPPER, K. R. Zur Logik der Sozialwissenschaften. *Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie*, 14 (2), p.233-248, 1962.
- ROSSITER, N. *Organized Networks*. Rotterdam: NAI, 2006.
- SCHILLER, D. *Digital Capitalism*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 2000.

- SCHMIEDE, R. Knowledge, Work and Subject in Informational Capitalism. In: BERLEUR, J.; NURMINEN, M. I.; IMPAGLIAZZO, J. (Eds.). *Social informatics: An Information Society For All?*. Nova York: Springer, 2006, p.333-354.
- SCHOLZ, T. Market Ideology and the Myths of Web 2.0. *First Monday*, 13 (3), 2008.
- SILVER, D. Introduction: Where is Internet Studies. In: SILVER, D.; MASSANARI, A. (Ed.). *Critical Cyberculture Studies*. Nova York: New York University Press, 2006a, p.1-14.
- \_\_\_\_\_. Looking Backwards, Looking Forwards: Cyberculture Studies 1990-2000. In: BELL, D. (Ed.). *Cybercultures. Critical Concepts in Media and Cultural Studies*. v.II. Nova York: Routledge, 2006b, p.61-79.
- SILVER, D.; MASSANARI, A. (Eds.). *Critical Cyberculture Studies*. Nova York: New York University Press, 2006.
- SMYTHE, D. W. *Counter-clockwise*. Boulder, CO: Westview Press, 1994.
- SÖDERBERG, J. *Hacking Capitalism*. Nova York: Routledge, 2008.
- STAHL, B. C. *Information Systems: Critical Perspectives*. Nova York: Routledge, 2008.
- STERNE, J. Thinking the Internet: Cultural Studies versus the Millennium. In: BELL, D. (Ed.). *Cybercultures. Critical Concepts in Media and Cultural Studies*. v.II. Nova York: Routledge, 2006, p.80-106.
- TAYLOR, P. A. Critical Theory 2.0 and Im/materiality: The bug in the Machinic Flows. *Interactions: Studies in Communication and Culture*, 1 (1), p.93-110, 2009.
- TERRANOVA, T. *Network Culture*. Londres: Pluto, 2004.
- THERBORN, G. *From Marxism to Post-Marxism?* Londres: Verso, 2008.
- TURNER, G. *British Cultural Studies*. Londres: Routledge, 2003.
- VAN DIJCK, J. Users Like You? Theorizing Agency in User-Generated Content. *Media, Culture & Society*, 31 (1), p.41-58, 2009.
- VAN DIJCK, J.; NIEBORG, D. Wikinomics and its Discontents: A Critical Analysis of Web 2.0 Business Manifestos. *New Media & Society*, 11 (5), p.855-874, 2009.
- WEBSTER, F. *Theories of the Information Society*. Nova York: Routledge, 2002.
- ŽIŽEK, S. *Revolution at the Gates: Žižek on Lenin*. Londres: Verso, 2004.
- \_\_\_\_\_. *In Defense of Lost Causes*. Londres: Verso, 2008.
- \_\_\_\_\_. *First as Tragedy, Then as Farce*. Londres: Verso, 2009.
- \_\_\_\_\_. How to Begin from the Beginning. In: ŽIŽEK, S.; DOUZINAS, C. (Eds.). *The Idea of Communism*. Londres: Verso, 2010a, p.209-226.
- \_\_\_\_\_. *Living in the End Times*. Londres: Verso, 2010b.
- ŽIŽEK, S.; DOUZINAS, C. (Eds.). *The Idea of Communism*. Londres: Verso, 2010.

## Resumo

Este artigo procura fornecer uma visão geral de algumas das principais abordagens do campo de estudos críticos sobre a internet e as tecnologias digitais, destacando os principais conceitos dessa problemática. Os campos de estudos críticos em cibercultura e da economia política crítica/teoria crítica da internet são identificados como fazendo parte da problemática mais geral do campo dos estudos críticos sobre internet. O artigo também discute brevemente o papel desempenhado

por onze conceitos marxistas centrais para esse campo de investigação. Dentre estes conceitos podemos mencionar os de dialética, capitalismo, “mercadorização” (*commodification*), mais-valia/exploração/alienação/classe, globalização, ideologia, luta de classes, bens comuns, esfera pública, comunismo e estética. Sublinhamos ainda a necessidade de reconhecer explicitamente a importância do pensamento de Marx para uma reflexão sobre a internet e os modernos meios de comunicação no capitalismo contemporâneo, destacando as contribuições desse autor para uma reflexão sobre a temática.

**Palavras-chave:** internet, cibercultura, crítica, economia política, Karl Marx.

### **Abstract**

This article gives an overview of example approaches of Critical Internet Studies and points out key concepts of this field. Critical Cyberculture Studies and Critical Political Economy/Critical Theory of the Internet are identified as two approaches in Critical Internet Studies. The paper also discusses the role of 11 Marxian concepts for Critical Internet Studies. Marxian concepts that have been reflected in Critical Internet Studies include: dialectics, capitalism, commodification, surplus value/exploitation/alienation/class, globalization, ideology, class struggle, commons, public sphere, communism and aesthetics. The paper points out the importance of explicitly acknowledging the importance of Marx’s thinking in Critical Internet Studies. Marx’s concepts are today frequently used implicitly, without acknowledging and engaging with their roots. A critique of the approach of “Critical” Cyberculture Studies is advanced. This approach is compared to the approaches of Critical Theory and Critical Political Economy of the Internet. The difference between these two approaches reflects the debate about class exploitation and non-class domination between Cultural Studies and Critical Political Economy in Media and Communication Studies.

**Keywords:** Internet, cyberculture, critical, political economy, Karl Marx.

CONSULTE A BIBLIOTECA VIRTUAL DA *CRÍTICA MARXISTA*

<http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista>

# CRÍTICA marxista

**Exame crítico da teoria da financeirização**

Eleutério F. S. Prado

**Classes sociais e grupos subalternos**

Leandro Galastri

**Gramsci teórico das relações internacionais**

Marcos Vinícius Pansardi

**História crítica das *Obras completas*  
de Marx e Engels (MEGA)**

Thomas Marxhausen

**E. P. Thompson: controvérsias  
e contribuições (Dossiê)**

Antonio Luigi Negro, Nicolás Iñigo Carrera  
e Pedro Benítez Martín

39